

A RESISTÊNCIA DAS MULHERES MARISQUEIRAS E QUILOMBOLAS NA COMUNIDADE DE JUERANA - VERA CRUZ, BAHIA

Brena Ramos Lima[1]
Eliana Silva Nascimento[1]
Márcia Lopes da Cruz[1]
Márcio de Almeida Reis[1]
Raimundo Rogério Lago de Almeida[1]

Palavras-chave: Extensão Universitária; Saberes Ancestrais; Protagonismo Feminino

INTRODUÇÃO

As comunidades quilombolas reconhecidas juridicamente pela Constituição Federal de 1988, representam territórios de resistência formados por descendentes de africanos que foram escravizados. De acordo com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA, 2017), o termo quilombo passou a ser utilizado como categoria jurídica a partir da promulgação desta Constituição, com o objetivo de garantir a posse definitiva das terras às comunidades negras rurais com trajetória histórica própria, vínculos territoriais específicos e ancestralidade ligada ao período escravocrata (INCRA, 2017).

Para Zagatto (2019) o termo quilombo ganhou visibilidade por meio da luta organizada pelo movimento negro, no qual destacou a dinâmica do Quilombo dos Palmares e o seu líder Zumbi, no cenário brasileiro durante as comemorações do centenário da abolição da escravatura. Com o passar dos anos, a luta política e acadêmica buscou delimitar categorias e conceitos importantes que contribuíssem para a visibilidade da questão racial no Brasil. O conceito de comunidades remanescentes de quilombo, partindo de uma perspectiva antropológica, sedimentada em pressupostos de etnicidade, apresenta a dinâmica social, cultural, espacial e política dos modos de vida de sujeitos ancestralizados em povos de África. Para O' Dwyer (2002, p. 43), podemos compreender o conceito de comunidades remanescentes "a partir de movimentos insurrecionais ou rebelados, mas, sobretudo,

[1] Discente do curso de Licenciatura em Geografia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia- IFBA, campus Salvador, 5º semestre;

consistem em grupos que desenvolveram práticas cotidianas de resistência na manutenção e reprodução de seus modos de vida característicos e na consolidação de um território próprio".

A comunidade remanescente quilombola de Juerana, localizada no município de Vera Cruz, na Ilha de Itaparica, estado da Bahia, representa um importante território de resistência e ancestralidade negra. Formada em sua maioria por descendentes de africanos que foram escravizados, essa comunidade mantém viva práticas culturais, saberes tradicionais e modos de vida que articulam o pertencimento ao território com a luta por direitos e reconhecimento. Aproximadamente, o quilombo está povoado 400 famílias que sobrevivem, basicamente, de práticas ancestrais de subsistência como a agricultura e a pesca artesanal. Alguns moradores são absolvidos como mão de obra de baixa escolarização em funções do setor de serviço na área urbana como o comércio e o turístico.

As mulheres marisqueiras da comunidade remanescente quilombola, carregam consigo histórias de resistências, saberes ancestrais e profundo vínculo com o território. Contudo, enfrentam desafios que vão desde a invisibilização de suas práticas tradicionais até a precarização da utilização dos serviços públicos essenciais. Ao longo do tempo, os moradores da localidade têm enfrentado desafios relacionados à regularização fundiária, preservação de suas tradições e enfrentamento das desigualdades históricas, reafirmando, porém, sua identidade coletiva e fortalecendo a continuidade de suas práticas sociais e culturais.

Diante disso, o presente artigo se insere no contexto de uma atividade de extensão universitária, que buscou valorizar e potencializar os saberes das mulheres quilombolas e marisqueiras. A iniciativa promoveu a troca de experiências e conhecimentos entre academia e comunidade, estreitando os laços a identidade cultural local e incentivando práticas que impulsionam a autonomia socioeconômica das lideranças do território, em sua grande maioria são mulheres, possibilitando também a requisição de maior reconhecimento e garantias de direitos. O objetivo geral do estudo foi compreender e analisar o papel fundamental das mulheres na construção das dinâmicas socioespaciais no território da Juerana, em Vera Cruz, Bahia, destacando suas contribuições na organização comunitária, na preservação cultural e no uso da agricultura familiar para sustentabilidade.

METODOLOGIA

O relato do percurso extensionista foi baseado na abordagem qualitativa, com um enfoque metodológico centrado na pesquisa-ação, visando compreender o território da Juerana a partir das vivências, saberes e práticas das mulheres marisqueiras. A pesquisa-ação, como aponta Michel Thiollent (1986), alia produção de conhecimento à transformação social, promovendo interação dialética entre pesquisadores e participantes. Essa metodologia mostrou-se bem adequada para evidenciar o protagonismo feminino nas dinâmicas socioeconômicas, culturais e ambientais de seus territórios.

A pesquisa-ação busca empoderar a comunidade, valorizando saberes locais e modos de vida tradicionais, por meio de escutas sensíveis, rodas de conversa, observação participante e registros que expressam a realidade local. Aplicada de forma colaborativa, a metodologia identificou não apenas os desafios, mas também direciona para prováveis soluções, por meio das práticas cotidianas. A troca entre mulheres marisqueiras e pesquisadores gerou partilhas de saberes, propostas e experiências com foco em transformações no território. Os dados apontaram para o sentimento de pertencimento, valorização do trabalho feminino e a urgência de políticas públicas voltadas à saúde, educação e representação política.

Importante destacar que, no processo metodológico, utilizamos as ferramentas orientadas por Verdejo (2006) localizadas no Diagnóstico Rural Participativo – DRP dada a sua capacidade de provocar nas participantes a reflexão, resposta às demandas e identificar o potencial e as fortalezas das mulheres da comunidade de Juerana, visto que se trata de uma ferramenta interativa que contribui com a resolução de problemas coletivos e a realização de oficinas orientadas.

No que se refere ao uso das ferramentas do DRP foi escolhido um diagrama do tipo Árvore de problemas e uma matriz, do tipo FOFA (Verdejo, 2006). Ao aplicar ferramentas como a "Árvore de Soluções e Potencialidades", uma adaptação da tradicional "Árvore de Problemas" priorizou-se uma visão positiva e fortalecedora sobre a realidade local. Já a metodologia FOFA (Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças), foi fundamental para identificar as forças e fraquezas dentro da comunidade, além das ameaças externas que impactam diretamente a vida das mulheres marisqueiras e em todo o território. As características da pesquisa-ação superam a prática científica rotineira, ao promover uma reflexão crítica essencial para transformar o território com base em conhecimento e sustentabilidade de forma dialética na relação comunidade e pesquisadores Tripp (2005).

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A questão agrária no Brasil, principalmente em se tratando do contexto ruralizado, está relacionado ao acesso a terras e aos recursos naturais, temas muito envolvidos com as comunidades pesqueiras e quilombolas. A discussão sobre a resistência na comunidade se ancora em uma perspectiva interseccional que abarca gênero, raça, classe, ancestralidade e religiosidade. A experiência das mulheres que vivenciam esse território é compreendida como prática geográfica cotidiana, que se manifesta tanto na produção de saberes locais, organização social, resistência diante da especulação imobiliária, da violência e da invisibilização histórica, quanto na construção e manutenção do território, conforme apontam autores como Gonzalez (1984), Saquet (2010) e Batista (2023).

A resistência nessa localidade é expressão viva de uma geografia do cotidiano, conforme proposto por Milton Santos (2006), ao destacar que o espaço é fruto das relações sociais desiguais. Nesse território, o trabalho feminino, a oralidade, a mariscagem e a transmissão de saberes ancestrais não são apenas práticas de sobrevivência, mas formas de produção do espaço e de afirmação cultural. Saquet (2010) problematiza que o território é natureza e sociedade simultaneamente, pois não há separação; é economia, política e cultura; edificação e relações sociais; descontinuidades; conexão e redes; domínio e subordinação; degradação e proteção ambiental etc. Assim, compreendemos que o processo de produção de um território é constituído pelo movimento histórico de sua comunidade e por simultaneidades de processos múltiplos, e nele “há uma conjugação entre aspectos da economia, da política, da cultura e da natureza exterior ao homem (E-P-C-N)” (Saquet, 2010, p. 56).

A fundamentação teórica, portanto, reforça que a atuação dessas mulheres vai além do enfrentamento das desigualdades: elas constroem territórios afetivos, sustentáveis e políticos. Seus saberes e práticas desafiam a dicotomia entre espaço urbano e rural, entre razão e tradição, propondo outras formas de viver, resistir e organizar o mundo. Como aponta Gonzalez (1984), a mulher negra, historicamente marginalizada, é também sujeito de ação e de conhecimento, sendo indispensável à construção de novos paradigmas de justiça social e territorial.

DISCUSSÕES E RESULTADOS

A comunidade de Juerana constitui um território vivo de enfrentamento às pressões urbanas, à especulação fundiária e à negligência estatal. Inserida em uma zona costeira

marcada por traçado urbano não oficial, suas formas de ocupação revelam modos de vida moldados pela tradição e pela relação íntima com a natureza — especialmente entre as mulheres que vivem da maré. Nos relatos colhidos, os manguezais aparecem não apenas como fonte de sustento, mas como espaço de memória, espiritualidade e aprendizado ancestral:

> "Aqui é onde eu aprendi com minha mãe. A maré ensina muita coisa. Quando a maré enche, ela leva tudo que é ruim, mas quando seca, ela mostra onde tá o alimento. É igual a gente: a gente aprende com o que some e com o que aparece." (Entrevistada D, dia 16/02/2025)

As oficinas realizadas com a metodologia do DRP, como a Matriz FOFA e a Árvore de Soluções e Potencialidades, revelaram percepções sensíveis sobre os desafios encontrados no território e sua transformação promovida pela urbanização, como violência, drogas, prostituição e perda do vínculo com a terra. Em resposta, as mulheres apontam a educação, união comunitária e liderança feminina como formas de resistência.

> "Se a gente não tiver educação, os filhos vão ser levados por essa vida de droga, de violência. Aqui a gente quer é oportunidade, a gente quer aprender, mas com respeito, com humildade." (Entrevistada C, dia 16/02/2025)

A organização espacial em Juerana desafia os padrões hegemônicos da branquitude da arquitetura oficial. As casas, os caminhos e os espaços coletivos são definidos a partir da experiência local, respeitando o clima, a natureza e o convívio e boa parte da organização dessas espacialidades são realizadas por mulheres. Ainda que com poucos recursos, as moradoras afirmam que sustenta uma vida digna mesmo em meio a carências estruturais.

> "A gente sabe onde o sol bate, onde o vento entra. Não precisa de engenheiro pra dizer onde é melhor plantar ou descansar. É o costume da gente que ensina." (Entrevistada E, dia 16/02/2025)

Ao longo das atividades, observou-se que as mulheres demonstram visão crítica do território, relacionando questões ambientais, econômicas e sociais. Em paralelo a isso estão abertas ao diálogo com agentes externos, como a universidade, desde que respeitados seus modos de vida.

> "Vocês vieram aqui, escutaram a gente. Isso é diferente. Porque muita gente vem e escreve sobre nós sem perguntar. Mas agora a gente que falou. Isso aqui é nosso saber." (Entrevistada B, dia 16/02/2025)

Essas narrativas das entrevistas realizadas no dia 16/02/2025 revelam que toda luta das mulheres marisqueiras e quilombolas não é apenas pela sobrevivência econômica, mas por dignidade territorial, reconhecimento cultural e permanência com direitos. O que está em disputa não é apenas o espaço físico, mas o direito ao território como bem comum, como memória coletiva e como futuro possível.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, todo o processo e oficina realizada na comunidade de Juerana revelou a centralidade das mulheres marisqueiras e pescadoras na construção e manutenção das dinâmicas sociais, culturais e econômicas do território. Através da metodologia do Diagnóstico Rural Participativo (DRP), foi possível compreender os desafios enfrentados por essas mulheres, mas também evidenciar suas potências, saberes tradicionais e formas de resistência. Abriu caminhos para o fortalecimento da autonomia e da organização comunitária, valorizando práticas tradicionais e sensibilizando futuros profissionais para o respeito às comunidades tradicionais. A adaptação da atividade "Árvore de Problemas" para "Árvore de Soluções e Potencialidades" proporcionou um olhar mais construtivo, estimulando a autoestima das participantes e reflexões sobre liderança feminina e políticas públicas. Já a oficina baseada na metodologia FOFA destacou o protagonismo das mulheres, ao mesmo tempo em que apontou desafios como tráfico, violência e vícios, reforçando a necessidade de ações estratégicas e sustentáveis.

A experiência reafirmou a importância da extensão universitária como ferramenta de transformação social, promovendo uma troca enriquecedora entre estudantes e comunidade e ampliando a compreensão sobre os territórios pesqueiros tradicionais. Os relatos evidenciaram que essas mulheres, além de responsáveis pela mariscagem e pesca artesanal, são guardiãs de saberes ancestrais, do cuidado familiar e da identidade quilombola. A visita à comunidade, enquanto exercício geográfico e social, revelou transformações significativas no meio rural e costeiro, reforçando a urgência de políticas públicas eficazes e do reconhecimento das culturas locais. Por fim, nota-se que a atividade cumpriu seu papel ao estimular o protagonismo feminino, refletir sobre identidade, território e resistência, e gerar conhecimento útil para futuras ações de fortalecimento comunitário.

REFERÊNCIAS

BATISTA, Kelson da Silva. Mulheres quilombolas: intervenção para a compreensão das intersecções entre identidade, território e saúde. TCC (Especialização): Cabedelo, IFPB , Pombal, PB, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ifpb.edu.br/jspui/bitstream/177683/3463/1/Kelson%20da%20Silva%20Batista.pdf> Acesso em: 05 fev. 2025.

GONZALEZ, Lélia. 1984. “Racismo e sexismo na cultura brasileira.” Ciências Sociais Hoje, Brasília, ANPOCS, 2: 223–244.

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária Coordenação Geral de Regularização de Territórios Quilombolas - DFQ. 2017. acesso em 20 de fevereiro de 2025. https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/governanca-fundiaria/perguntas_respostas.pdf;

SANTOS, Milton. 1998. “A rede urbana do recôncavo.” Em Recôncavo da Bahia: Sociedade e economia em transição, organizado por Maria de Azevedo Brandão. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado, UFBA. Acesso em: 07 fev. 2025.

THIOLLENT, M. Metodologia da pesquisa-Ação 18. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

TRIPP, D. Pesquisa-ação: uma introdução metodológica. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 443-449, 2005

ZAGATTO. Bruna Pastro. “Eu sou marisqueira, lavradora, e quilombola”. Uma análise do processo de construção de identidade nas Comunidades rurais do Guaí, Maragogipe, Bahia. 2011.

SAQUET, Marcos Aurélio. Abordagens e concepções de território. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

VERDEJO, Miguel Espósito. Diagnóstico Rural Participativo: Um guia prático, revisão e adequação de Décio Cotrim e Ladjane Ramos. - BRASILIA: Secretaria da Agricultura Familiar - MDA, 2006.

O’DWYER. Eliana Cantarino (org). Apresentação. In:_____Terras de Quilombos: Rio de Janeiro: ABA, 1995, .1-2.